

FIBRIA TERMINAL DE CELULOSE DE SANTOS SPE S.A.

CNPJ nº 24.004.805/0001-71

Demonstrações Financeiras 2023

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
		Nota		Nota	
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa			135		217
Aplicações financeiras		5	4.168		17.506
Contas a receber		6 e 7	1.223		1.223
Tributos a recuperar		8	6.082		3.339
Despesas antecipadas			412		642
Outros ativos			22		15
Total do ativo circulante			10.819		22.942
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar		8	8.132		3.697
Imobilizado		10	270		1.393
Intangível		11	233.851		143.858
Total do ativo não circulante			252.872		171.890
TOTAL DO ATIVO			263.691		214.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL: Em 8 de janeiro de 2016, foi constituída a Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A., ("Companhia"), de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Santos, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Suzano S.A. ("Suzano") e tem por objeto único e exclusivo a exploração do arrendamento da área, infraestrutura e instalação portuária pública localizada no Porto de Santos, para realização das atividades de movimentação e armazenamento de cargas gerais não acondicionadas em contentêners. A Companhia confirma, apesar do prejuízo operacional apresentado no exercício, a continuidade de suas atividades operacionais, diante de sua liquidez financeira de seu caixa e aplicações financeiras, da prospeção de suas receitas futuras e, notoriamente, o respaldo de sua acionista controladora. A Companhia participou do Leilão nº 3/2015, realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - (ANTAQ), para arrendamento de áreas e infraestruturas públicas para a movimentação e armazenamento de papel, celulose e carga geral, pelo prazo de 25 anos (prorrogável por mais 25 anos). A Companhia apresentou a proposta vencedora para o Terminal de Macuco (ST507), localizada no Porto de Santos, Estado de São Paulo, no valor de R\$ 115.047, cuja homologação e a adjudicação do resultado foi publicada em 2 de março de 2016, no Diário Oficial da União. Em 29 de setembro de 2016, a Companhia assinou o termo de posse do terminal. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia iniciou as obras de ampliação e melhorias em seu Terminal com implantação de sistemas para melhorias nos processos, além de ações de modernização e otimização das operações, com a implantação de porções rotantes para o descarregamento de cargas levadas via ferrovia ao Terminal, visando aumentar a segurança operacional. A segurança operacional e as ampliações sejam concluídas até julho de 2024. A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 26 de março de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em seu gestão. As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.15. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão detalhadas nas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes nos exercícios apresentados. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistentes com aquelas utilizadas na controladora Suzano S.A. Não houve mudança significativa de todas as informações e estimativas para os cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023. **3.1. Novas políticas contábeis adotadas:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras. **3.1.1. CPC 26(R1) - expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis para Exercícios Operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2023, após 1º de janeiro de 2023): Alteram os requisitos do CPC 26 de que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis materiais". As informações de políticas contábeis são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente concluir que influenciam as decisões econômicas dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes não irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam materiais. No entanto, nem todas as alterações de política contábil, relacionadas a transações, outros eventos ou condições, são relevantes e devem ser divulgadas. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos. **3.1.2. CPC 23 - Definição de Estimativas Contábeis Aplicável para Exercícios Anuais ou Períodos com Início em ou após 1º de janeiro de 2023:** A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que são sujeitos à incerteza de mensuração devido a mudanças nos fatos ou circunstâncias subjacentes". A alteração, entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na forma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de um erro; (iii) Mudanças nas estimativas contábeis não são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de um erro; (iv) Mudanças nas estimativas contábeis não são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de um erro. **3.2. Políticas contábeis materiais adotadas:** **3.2.1. Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **3.2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.3. Instrumentos financeiros:** **3.2.3.1. Classificação:** O balanço patrimonial é classificado com base no seguinte critério: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. As comprás e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos em títulos são extintos ou quando aplicável, quando o risco e os benefícios econômicos dos investimentos em títulos são transferidos para o comprador. **3.2.3.2. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (ii) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (iii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, exceto os ativos financeiros classificados como ativos financeiros de fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.3.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras. **3.2.3.4. Redução no valor recuperável de ativos financeiros:** **3.2.3.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira contábil. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldades financeiras do emissor; (ii) evento de *default* no contrato; (iii) inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iv) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (v) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (vi) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vii) dados observáveis indicando que a receita de clientes em risco de futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é o custo ou o valor recuperável do ativo financeiro. **3.2.3.4.2. Contratos de derivativos:** Os contratos de derivativos são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. **3.2.3.4.3. Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira contábil. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldades financeiras do emissor; (ii) evento de *default* no contrato; (iii) inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iv) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (v) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (vi) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vii) dados observáveis indicando que a receita de clientes em risco de futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é o custo ou o valor recuperável do ativo financeiro. **3.2.3.4.4. Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira contábil. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldades financeiras do emissor; (ii) evento de *default* no contrato; (iii) inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iv) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (v) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (vi) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (vii) dados observáveis indicando que a receita de clientes em risco de futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é o custo ou o valor recuperável do ativo financeiro.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
4.1. Gerenciamento de riscos financeiros: **4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores controlados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) mercado; e (iv) capital. A Administração dos riscos de liquidez, crédito e capital da Companhia é realizada pela controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. **4.1.2. Administração de risco de liquidez:** Conforme mencionado anteriormente, a gestão financeira da Companhia é realizada pelo acionista controlador, portanto toda a gestão de liquidez segue a política da Suzano, que tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos operacionais (amortização e serviços da dívida) de 12 meses. **4.1.3. Administração de risco de crédito:** **4.1.3.1. Risco de crédito:** Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação. Para cada tipo de exposição de crédito e para cada tipo de contrato é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites. Para todas as estíres, a Companhia mantém em carteira o risco de crédito de suas operações em escala local Brasil e (ii) o risco de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit*"), seguradoras, clientes (para pagamento fixo), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros. **4.1.3.2. Bancos e instituições financeiras:** Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de averiguação da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* ("ECE") e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* ("WCE") de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados. (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de *rating*, será considerada a mediana das classificações de *rating* caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. (ii) O *rating* atribuído para as contrapartes em escala local Brasil é (A-) ou (BBB+) (ou Ba1) em escala global. **4.1.4. Administração do risco de mercado:** Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descaçamento. **4.1.5. Gestão de capital:** O objetivo da administração de capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		135	217
Contas a receber	6 e 7	1.223	1.223
Valor justo por meio do resultado		135	1.440
Aplicações financeiras	5	4.168	17.506
		1.168	1.223
		403	18.946
Total do ativo		10.819	22.942

4.3. Administração de riscos de créditos: A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfornecimento ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 4.168, tem em carteira o risco de crédito de suas operações em escala local Brasil e (ii) o risco de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit*"), seguradoras, clientes (para pagamento fixo), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros. **4.1.3.2. Bancos e instituições financeiras:** Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de averiguação da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* ("ECE") e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* ("WCE") de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados. (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de *rating*, será considerada a mediana das classificações de *rating* caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. (ii) O *rating* atribuído para as contrapartes em escala local Brasil é (A-) ou (BBB+) (ou Ba1) em escala global. **4.1.4. Administração do risco de mercado:** Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descaçamento. **4.1.5. Gestão de capital:** O objetivo da administração de capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

6. CONTAS A RECUPERAR DE CLIENTES: Os saldos em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022, referiam-se, integralmente à prestação de serviços realizados para a controladora Suzano S.A. (nota 7).

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

7. PARTES RELACIONADAS
Saldos a receber

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	135	217
Contas a receber	6 e 7	1.223
Valor justo por meio do resultado	135	1.440
Aplicações financeiras	5	4.168
		1.168
		403
Total do ativo	10.819	22.942

4.3. Administração de riscos de créditos: A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfornecimento ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 4.168, tem em carteira o risco de crédito de suas operações em escala local Brasil e (ii) o risco de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit*"), seguradoras, clientes (para pagamento fixo), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros. **4.1.3.2. Bancos e instituições financeiras:** Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de averiguação da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* ("ECE") e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* ("WCE") de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados. (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de *rating*, será considerada a mediana das classificações de *rating* caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. (ii) O *rating* atribuído para as contrapartes em escala local Brasil é (A-) ou (BBB+) (ou Ba1) em escala global. **4.1.4. Administração do risco de mercado:** Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descaçamento. **4.1.5. Gestão de capital:** O objetivo da administração de capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

6. CONTAS A RECUPERAR DE CLIENTES: Os saldos em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022, referiam-se, integralmente à prestação de serviços realizados para a controladora Suzano S.A. (nota 7).

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

7. PARTES RELACIONADAS
Saldos a receber

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	135	217
Contas a receber	6 e 7	1.223
Valor justo por meio do resultado	135	1.440
Aplicações financeiras	5	4.168
		1.168
		403
Total do ativo	10.819	22.942

4.3. Administração de riscos de créditos: A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfornecimento ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 4.168, tem em carteira o risco de crédito de suas operações em escala local Brasil e (ii) o risco de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("*Letters of Credit*"), seguradoras, clientes (para pagamento fixo), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros. **4.1.3.2. Bancos e instituições financeiras:** Para bancos e instituições financeiras (aplicações e conta corrente) foram criadas métricas quantitativas de averiguação da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure* ("ECE") e de pior caso de exposição esperada *Worst Credit Exposure* ("WCE") de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados. (i) caso a Companhia trabalhe com emissores privados que possuam mais de uma avaliação de *rating*, será considerada a mediana das classificações de *rating* caso três classificações de risco estejam disponíveis e, a menor classificação caso duas classificações de risco estejam disponíveis, das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's e Standard & Poor's. (ii) O *rating* atribuído para as contrapartes em escala local Brasil é (A-) ou (BBB+) (ou Ba1) em escala global. **4.1.4. Administração do risco de mercado:** Está relacionado às oscilações de taxas de juros. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas e dos valores do serviço. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos e uma ferramenta interna de avaliação que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descaçamento. **4.1.5. Gestão de capital:** O objetivo da administração de capital é a salvaguarda da capacidade de continuidade da Companhia para oferecer os benefícios para as partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o melhor equilíbrio na combinação de capital próprio ou capital de terceiros. Essa gestão, assim como a gestão financeira da Companhia é realizada no contexto da Tesouraria do acionista controlador, portanto as decisões relacionadas à captação de recursos, liquidações e a estrutura de capital são tomadas naquele contexto.

6. CONTAS A RECUPERAR DE CLIENTES: Os saldos em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022, referiam-se, integralmente à prestação de serviços realizados para a controladora Suzano S.A. (nota 7).

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

7. PARTES RELACIONADAS
Saldos a receber

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	135	217
Contas a receber	6 e 7	1.223
Valor justo por meio do resultado	135	1.440
Aplicações financeiras	5	4.168
		1.168
		403
Total do ativo	10.819	22.942

4.3. Administração de riscos de créditos: A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes, análise das demonstrações financeiras e de restrições de mercado. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia segue sua política interna.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.303	17.187
bRAA		536
bRA		17.723
Total	4.303	19.646

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras em títulos privados e em moeda nacional estão, substancialmente, representadas por operações de CDB de rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interfornecimento ("CDI"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 4.168, tem em carteira o risco de crédito de suas operações em escala local Brasil e (ii) o risco de Governança, Riscos e Compliance, de seu acionista. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Cert